

CAPITAL SOCIAL DE PESCADORES E A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE RIO FORMOSO – PERNAMBUCO

Fabiano Pimentel Ribeiro¹
Angelo Brás Fernandes Callou²

RESUMO

As reservas extrativistas constituem áreas de domínio público com uso concedido a populações tradicionais, geridas por um Conselho Deliberativo que deve administrar de modo sustentável o uso dos recursos naturais e implantar estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Os pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso, Estado de Pernambuco, escolheram a estratégia de criação de uma reserva extrativista para conservar seus territórios pesqueiros. O objetivo deste estudo é analisar o capital social desses pescadores, na perspectiva do desenvolvimento local. Para isto, foi utilizada a estratégia metodológica de estudo de caso, abrangendo observações de campo e a realização de entrevistas estruturadas. A confiança, a cooperação e a formação de grupos e redes sociais entre os pescadores da Colônia Z-7 se apresentaram como aspectos importantes na análise do capital social. A análise indicou que a política ambiental de criação de reservas extrativistas, em alguma medida, promove o desenvolvimento local por meio do reconhecimento das populações tradicionais como gestores de seus territórios.

Palavras-chave: Capital Social, Desenvolvimento Local, Reserva Extrativista.

¹Graduação em Engenharia de Pesca (UFRPE). Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). E-mail: fabiano.ribeiro@icmbio.gov.br

²Graduação em Engenharia de Pesca (UFRPE). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutorado em Ciências da Comunicação (USP). Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: abcallou@gmail.com

SOCIAL CAPITAL OF FISHERMEN AND CREATION EXTRACTIVE RESERVE OF RIO FORMOSO, PERNAMBUCO

ABSTRACT

Extractive reserves are areas of the public domain to use granted to traditional populations, managed by a deliberative board which shall manage sustainably use natural resources and deploy structures aimed at improving the quality of life of communities. Fishermen Colônia Z-7 Rio Formoso, Pernambuco, chose the strategy of creating an extractive reserve in order to preserve their fishing territories. The aim of this study is to analyze the social capital of these fishermen, from the perspective of local development. We used the methodological strategy case study, covering the field observations and semi-structured interviews. The trust, cooperation and group and social networks formation among fishermen Colônia Z-7 is presented as important aspects in the analysis of social capital. Analysis indicated that environmental policy of creating extractive reserves, to some extent, promotes local development through the recognition of traditional communities as managers of their territories.

Keywords: Social Capital, Local Development, Extractive Reserve.

1. INTRODUÇÃO

Diversos problemas ambientais no Litoral Sul do Estado de Pernambuco, principalmente os que estão relacionados com o desenvolvimento industrial no entorno do Porto de Suape, como a interferência na pesca artesanal e o desmatamento do manguezal, vêm influenciando diretamente as atividades tradicionais das comunidades costeiras (QUINAMO, 2010).

O modelo de desenvolvimento adotado no litoral sul de Pernambuco está plasmado como um processo que trará benefícios para as populações locais residentes nesta região, baseado na industrialização, ideia que é disseminada, tanto pelo setor privado, como pelo setor estatal. Nesse modelo, as licenças ambientais prévias, de instalação e de operação, são passíveis de ser questionadas quanto ao mérito da questão (RAMALHO, 2009).

Como contraponto a esse modelo de desenvolvimento, os pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso demandaram ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a criação de uma Reserva Extrativista (Resex). Este tipo de unidade de conservação vai determinar que seja “consolidado o cadastro da população tradicional, iniciada a formação do Conselho Deliberativo e a construção da primeira fase do Plano de Manejo” (BRASIL; ICMBIO; IN 03, 2007, p. 4).

Esta determinação tem uma importância considerável, na medida em que exige uma participação ativa, não apenas dos membros do Conselho Deliberativo, mas também das categorias sociais que elegem esses membros. Isto devido ao Conselho Deliberativo de uma Resex ter, em sua maioria, representantes das populações tradicionais da unidade. (BRASIL; ICMBIO; IN 02, 2007, p.4).

Como se pode observar, a fase inicial de criação de uma Resex em Rio Formoso é essencial de ser analisada, considerando que os pescadores da Colônia Z-7, ao iniciar esse processo de criação, terão que dispor de um considerável capital

social, tanto para o êxito na consolidação da criação da unidade, quanto para os futuros desafios de gestão na perspectiva do desenvolvimento local e, portanto, da sustentabilidade ambiental. O capital social, como uma das dimensões importantes do desenvolvimento local (FRANCO, 2001; SILVEIRA, 2001; PAULA, 2001; JARA, 2001; JARA 1999; TRUSEN, 2002), aqui

[...]se refere aos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem a *parceria* (i.e., o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação) e o *empoderamento* (ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade de as populações influírem nas decisões públicas). (FRANCO, 2001, p. 158, grifos do autor).

Os objetivos básicos da Resex, de acordo com o Artigo 18 da Lei 9.985, consistem em “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, p. 1). Ora, assegurar o uso sustentável de recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das populações significa que a noção de Desenvolvimento Local e, portanto, de Sustentabilidade Ambiental, como encerra o conceito, está na essência da filosofia de uma Resex, considerando, aqui, Sustentabilidade na perspectiva de Leff (2010, p. 28):

[...] não me refiro apenas aos valores mais gerais da ética de nossa civilização ocidental – pré-moderna, moderna ou pós-moderna – mas aos valores atribuídos à natureza, aqueles que dão sentido às sociedades tradicionais – muitas das quais sobrevivem hoje em dia reconstruindo suas culturas, arraigadas ao território e aos ecossistemas que transformaram, não apenas através de um processo de evolução biológica, mas atribuindo significados à natureza. É este vínculo cultura-natureza que vem se rompendo pela imposição da contundente realidade do mercado.

A solicitação da criação da Resex em Rio Formoso constitui uma formalização no processo de inclusão dos pescadores artesanais, dessa região, na gestão de seus territórios tradicionais.

A estratégia de buscar a criação de uma unidade de conservação, no âmbito da esfera estatal, neste caso o Governo federal, para contrapor um modelo de desenvolvimento adotado pelo próprio Estado, carrega consigo um alto grau de complexidade, ainda mais considerando ser a Resex uma unidade de conservação que deve ser gerida pelos povos e comunidades tradicionais³ que a solicitaram.

Dessa maneira, é de se perguntar: como a *confiança*, a *cooperação* e os *grupos e redes* dos pescadores da Colônia Z-7 interferem na construção do capital social, no processo de criação da Resex no município de Rio Formoso, em Pernambuco?

³Povos e Comunidades Tradicionais “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, p. 316).

O objetivo deste estudo é analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Reserva Extrativista no município de Rio Formoso, Estado de Pernambuco.

2. O LOCAL DA PESQUISA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Rio Formoso, situado a 90 km do Recife, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, inserido em resquícios do bioma Mata Atlântica, com seus estuários e restingas, apresentou, de acordo com o senso do IBGE (2010), uma população de 22.151 habitantes, distribuídos numa área de 227 km².

O município possui uma população de jovens de 15 a 29 anos de 3.090 pessoas, cerca de 14% do total de habitantes da cidade (IBGE, 2010). Segundo o IBGE (2009), um total de 13.373 pessoas da população rio-formosense reside nas áreas urbanas, enquanto 8.778 de moradores vivem na zona rural do município.

Com relação à dinâmica econômica de Rio Formoso, o serviço, com 60%, é a principal atividade, seguido da indústria com 32% e da agropecuária com 8% (BRASIL; IBGE, 2010). Neste contexto, considera-se que a atividade pesqueira está relacionada com o serviço, a indústria e a agropecuária, uma vez que muitos pescadores são guias turísticos, trabalham na atividade da cana-de-açúcar e também são pequenos agricultores.

No processo de investigação, para alcançar o objetivo do presente estudo, foi utilizada a estratégia metodológica de estudo de caso, como dizem Laville e Dionne (1999, p. 156), “[...] na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os estudos se veem concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos”.

Para isso, foi realizado um levantamento de documentos oficiais, do Governo federal, acerca das Resex, como também foi realizado um levantamento da literatura, acerca do capital social, do desenvolvimento local e da sustentabilidade, em jornais e periódicos, impressos e digitais disponíveis na internet.

O itinerário teórico-metodológico se inicia com a ideia de *campo* de Bourdieu (1996), definida pelo autor como um campo de forças sociais inserido no espaço social. No presente trabalho, o campo investigado é o ambiental, com seus diversos atores sociais, em que o que está em jogo é a criação, por demanda dos pescadores artesanais, de uma Reserva Extrativista.

Como os conflitos, dentro de um determinado campo, obedecem a uma dinâmica de acumulação, ou dispersão, de capital social, o recorte amostral foi adotado, devido aos pescadores artesanais constituírem uma população tradicional, e serem, todavia, possuidores de um *habitus*, ou seja, um motivador de ações originado a partir de incorporações inconscientes da estrutura social. (BOURDIEU, 1989, p. 61)

O *habitus*, portanto, como elemento de distinção social, inspirou a escolha desses pescadores artesanais na perspectiva de identificar interações sociais capazes de mobilizar determinado capital social em busca da criação de uma Reserva Extrativista.

Para categorização do conceito de capital social, foram articulados alguns autores, que apesar de partir de abordagens diferentes da de Bourdieu, possibilitaram a análise aqui proposta, a exemplo de Putnam (2001) e Sennett (2012). Assim, o projeto de análise do capital social se concretizou, com a elaboração das categorias *confiança*, *cooperação* e *grupos e redes*.

A observação de campo consistiu na presença do pesquisador em duas reuniões ordinárias mensais da Colônia de Pescadores Z-7, em Rio Formoso, em 30 de setembro e 25 de novembro de 2012, e na participação no IV Encontro Nacional

da Rede Mangue Mar Brasil, no período de 7 a 9 de dezembro de 2012. Estas observações de campo foram compostas por “notas descritivas,” contendo registros *in loco*, e, em momento posterior, foram feitas as “notações analíticas,” segundo Laville e Dione (1999, p. 180), que consistiram em lembretes e anotações mais elaboradas.

Foram realizadas cinco viagens para o município de Rio Formoso, no período de 31 de outubro a 25 de novembro de 2012, para a realização de 11 entrevistas estruturadas com os pescadores da Colônia Z-7, que foram aplicadas de maneira não probabilista, ou seja, é o caso da “amostra típica”, de acordo com Laville e Dionne (1999).

3. CAPITAL SOCIAL: UM CAPITAL MULTIDIMENSIONAL

O fato de os pescadores artesanais da Colônia Z-7 constituírem uma população tradicional, que busca a criação da Resex de Rio Formoso, possibilita a análise do capital social na dimensão das relações sociais no âmbito da atividade pesqueira local, como também novas formas de sociabilidade que estão sendo construídas por esses pescadores.

Putnam (2001) e Sennett (2012), ao abordar dinâmicas sociais que tangem a formação do capital social, condicionam as relações de confiança e cooperação como categorias importantes de análise desse capital. Em outras palavras, esses autores abordam o capital social em sua dimensão endógena à cultura. Putnam (2001, p. 93) evidencia essa postura, ao pontuar que:

Una sociedad que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad plagada de desconfianza, por la misma razón que el dinero es más eficiente que el trueque. La confianza es el lubricante de la vida social.

Por sua vez, Sennett (2012, p. 93), na medida em que considera que existe capital social em abundância apenas em comunidades que tenham uma cultura comum, aborda a cooperação intimamente ligada com a competição, em que esta articulação se dá no “espectro das trocas,” que são divididas em cinco tipos:

[...] *trocas altruísticas*, implicando autossacrifício; *trocas ganhar-ganhar*, nas quais ambas as partes se beneficiam; *trocas diferenciadas*, nas quais os parceiros se conscientizam de suas diferenças; *trocas de soma zero*, nas quais uma das partes prevalece em detrimento da outra; e *trocas tudo para um só*, nas quais uma das partes anula a outra (grifo nosso).

É justamente nas trocas *ganhar-ganhar*, *diferenciadas* e de *soma zero*, em que se dão as trocas dialógicas, mas é nas *trocas diferenciadas*, em que se evidencia a cooperação genuína, em que acontecem, de acordo com o autor,

[...] os momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa; podem diminuir o ácido da cooperação invejosa e promover a cooperação. (SENNETT, 2012, p. 105)

Nessa visão, Putnam (2001) e Sennett (2012) possibilitam a análise da confiança e da cooperação, sob uma perspectiva da cultura tradicional dos pescadores da Colônia Z-7. Se considerarmos, porém, Freitas (2008), observam-se

abordagens críticas ao trabalho de Putnam, das quais as mais consistentes, segundo o autor, são as críticas de Evans (1996) e Fox (1996), ambos defensores de uma abordagem neo-institucionalista. Diz ele:

E, a partir dessa discussão, observou-se a polarização teórica das abordagens interpretativas do capital social: o culturalismo e o neo-institucionalismo. Ou seja, em contraposição ao impulso cultural de Putnam, tem-se que a *intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social*. Com a mesma abordagem, Cunha (2002) refere que a conformação (criação ou elevação) do capital social em determinados territórios dependeria da intervenção do Estado (FREITAS, 2008, p. 96, grifo nosso).

Evans (1996 apud FREITAS, 2008) pontua que os diferentes níveis de organização social demandam uma intervenção do Estado, não como agente regulador, mas sim como ativista político mobilizador do capital social.

Não podemos deixar de considerar, no presente estudo, portanto, o papel que o Estado tem no processo de criação do capital social, ao instituir formalmente um instrumento de gestão compartilhada com a sociedade, a exemplo do Conselho Deliberativo da Resex.

Bourdieu observa que o capital social pode ser considerado como estoque de créditos tangíveis ou não, podendo ser acessado a partir de estruturas, e nas relações de trocas em que o material e o simbólico são indissociáveis. Ou seja, “[...] se trata aqui de latotialidad de recursos basados en la pertinencia a un grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 148). O autor observa as estratégias de utilização do capital social para uma projeção na estrutura social. O próprio Bourdieu (1998, p.150), ao definir capital político, indica essa abordagem, ou seja, o capital social como instrumento de poder:

[...]el volumen de capital social poseído por un individuo dependerá tanto de la extension de la rede de conexiones que este pueda efectivamente movilizar, como del volumen de capital (econômico, cultural o simbólico) poseído por aquellos con quienes está relacionado.

Nesse sentido, Bourdieu (1998) nos chama atenção para o esforço de mobilização do indivíduo para se vincular com pessoas, e dessa conexão converter em vantagem, seja ela individual ou de um grupo, material ou imaterial. O capital social, por esse enfoque, ganha consistência com a pontuação de Bourdieu (1996, p. 50), acerca da desigual distribuição do poder no espaço social: “O *campo do poder* [...] é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente [...]” (grifo nosso).

Bourdieu (1998), ao observar o capital social como um manancial de recursos que emergem no âmbito das relações sociais, e que pode ser acessado individual ou coletivamente, e transformado em benefício, também, individual ou coletivo, e ainda que esse acesso esteja inserido no campo de disputa de poder com objetivo de projeção na sociedade, possibilita a análise do capital social na sua dimensão exógena, ou seja, pela forma como os *grupos e redes* podem influenciar a construção do capital social, a partir de novas sociabilidades.

A ideia de campo de Bourdieu abrange o conceito de estratégia no âmbito dos padrões de interação, em que os indivíduos adotam estratégias para se

apropriar de outros campos de poder, e assim são realizadas articulações entre atores de diversos campos sociais.

Desta forma, Bourdieu contribui para a análise do capital social no presente trabalho, a partir da categoria *grupos e redes*, especificamente na observação de como as redes sociais condicionam a participação dos pescadores da Colônia Z-7 em discussões que enriquecem as suas experiências no contexto de criação, implantação e gestão de uma Resex. Em outras palavras, de acordo com Bandeira (2006 apud SANTOS V., 2007, p. 660), “[...] foi incorporado à discussão um [...] tipo de capital social, denominado *linking*, constituído por redes que estabelecem elos verticais que ligam as comunidades [...] às instâncias onde são tomadas as decisões que afetam o seu bem-estar”.

Considerando o contexto, no qual pescadores artesanais buscam preservar seus territórios, por meio da criação de uma Resex, o modelo proposto por Oakerson (1986) possibilita a visualização da complexidade do processo, na medida em que abrange várias dimensões do uso compartilhado de recursos.

De acordo com Oakerson (1986), os padrões de interação entre os indivíduos, marcados por estratégias e perspectivas de retorno em relação ao comportamento do outro, interferem em outras dimensões, como a escolha do modelo de gestão do uso dos recursos a ser adotado, quais tipos de regras são pertinentes para determinadas localidades e com a capacidade natural (física, biológica) de renovação desses recursos. Desta forma, padrões de interação que têm como pano de fundo a reciprocidade, ou seja, confiança, cooperação e grupos e redes se mostram elementos importantes do capital social que se articulam com o modelo proposto por Oakerson.

Para análise do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, a seguir a seção *Análise da confiança dos pescadores da Colônia Z-7*.

4. ANÁLISE DA CONFIANÇA DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7

O processo de aprendizagem, desde o ofício da confecção das artes de pesca até a comercialização do pescado, se mostrou um fator importante nas relações de confiança. Os pescadores da Colônia Z-7, ao ser perguntados “Com quem aprendeu a pescar?” relataram que os pais e os familiares são as pessoas responsáveis pelos ensinamentos passados acerca das atividades da pesca.

Esse processo denota um grau de confiança interpessoal construído entre pessoas da família, principalmente os pais dos pescadores. Infere-se, neste sentido, que essas relações de confiança no processo de aprendizagem das atividades pesqueiras, como dimensão do capital social, são importantes na criação da Resex de Rio Formoso. A isso, Storper apud Santos V. (2007) denomina de *bonding*, ou seja, relações interpessoais com pessoas mais próximas, entre elas, pais, filhos, amigos e colegas de trabalho.

A confiança interpessoal desenvolvida pelos pescadores da Colônia Z-7, portanto, no âmbito da atividade pesqueira, apresenta-se como aspecto positivo na formação do capital social, pois como se refere Putnam (2001, p. 93), “Una sociedad que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad plagada de desconfianza [...]”.

Os conhecimentos da faina pesqueira, passados de geração a geração, se desdobram em diversos aspectos, igualmente importantes para a criação de uma Resex que envolve a pesca artesanal, como é o caso da compreensão dos pescadores da dinâmica do ecossistema marinho-estuarino e as interpretações do ambiente natural. A atividade da pesca artesanal, que é própria das populações

tradicionais, consiste numa dimensão do capital social em que as formas do saber-fazer marítimo e sua transmissão pelos familiares e amigos denotam uma confiança interpessoal intrínseca à atividade. Ramalho (2012, p. 268-269), em seu estudo “A arte pesqueira: território da mestranga e do saber-fazer marítimo,” ao falar das relações de aprendizagem, dos pescadores artesanais, reafirma esse pensamento:

Sem dúvida, na pesca artesanal, os laços de família e a prática da mestranga amparam, alimentam e se projetam, umbilicalmente, nos usos do ambiente aquático [...]. Todos os pescadores, devido à socialização entre eles desse saber-fazer, sentem-se e se autointitulam, [...] de artistas do mar, porque pescar, de alguma maneira, já é arte, não no mesmo nível do mestre.

Esse processo de aprendizagem, portanto, dialoga com a noção de sustentabilidade, como aponta Leff (2010, p. 29): “[...] é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura.” Essa aprendizagem, articulada à noção de sustentabilidade ambiental, parece evidente entre os pescadores da Colônia Z-7, quando questionados sobre os aspectos que prejudicam a faina de pesca em Rio Formoso. São diversos os aspectos apontados, dentre eles:

A pesca de camboa que prejudica muito. Turismo desordenado, nos fins de semana, com as lanchas e motos aquáticas. Também tem grandes desmatamentos e aterros, principalmente os grandes empreendimentos, mas não há fiscalização (Entrevistado 1).

Poliuição da usina, veneno que colocam para matar o mato, mas mata os peixes. Não tem mais camarão. Suape causa escassez de peixe, [...] há dez anos tinha muito peixe, que vinha do norte, mas o porto de Suape prejudicou. Ainda existe pesca com veneno (Entrevistado 2).

Os barcos de catamarã e as lanchas que ficam no meio do rio, principalmente; no verão, os pescadores não podem dar o lance com suas redes (Entrevistado 4).

A redinha que botam para pegar caranguejo, a zoadá das lanchas, as ondas que as lanchas fazem quase viram nossas canoas (Entrevistado 6).

Como se pode observar, os pescadores relataram problemas enfrentados em seus cotidianos, dentre os quais: diversos grupos que se utilizam de artes de pesca diferenciadas capturando várias espécies de pescados e que disputam um mesmo espaço natural. Muitos pescadores, que se utilizam de múltiplas artes de pesca, apontam a utilização de *camboa*⁴ como prejudicial. Registrou-se a indicação

⁴A camboa é um tipo de “armadilha fixa constituída de panagens ou esteiras, que são colocadas nas enseadas dos manguezais nas marés altas, presas em estacas fincadas na lama. Nas preamares, com o vazamento das águas, grande diversidade de pescado fica retida nas redes ou esteiras ou nas suas proximidades”. (IBAMA, 2002, p.133)

da captura de caranguejos com *redinha*,⁵ e a utilização de malha pequena nas redes, como prejudiciais à atividade pesqueira no estuário.

Observaram-se, também, problemas entre diferentes atividades, como os relacionados ao turismo desordenado no estuário de Rio Formoso, que disputa o mesmo espaço natural utilizado pelos pescadores artesanais, evidenciando a complexidade da análise do capital social, a partir do ponto de vista do uso dos recursos naturais como *bem comum*.⁶

Da mesma forma, esses problemas denotam um fator de enfraquecimento na confiança dos pescadores, na medida em que diversas questões estão relacionadas à ausência de gestão dos usos dos recursos naturais, seja pela ausência de legislação específica, seja pelo não cumprimento das normas existentes, corroborando, dessa forma, com a pontuação de Freitas (2008, p. 96), no sentido de que “[...] a intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social.”

A presente análise se mostra ambivalente, pois permite visualizar aspectos positivos e negativos acerca da confiança como elemento do capital social. Neste sentido, é que surge a necessidade de ampliar a abordagem da confiança para uma dimensão que vai além das relações tradicionais desses pescadores, como é a perspectiva neoinstitucionalista do capital social.

Os pescadores da Colônia Z-7, ao ser questionados sobre “Quem é o mais responsável por essa situação?”, ou seja, referentes à pesca predatória, poluição, desmatamentos, turismo desordenado, etc., responderam que são diversos os responsáveis, desde os próprios pescadores até os órgãos governamentais, passando pelos empreendedores do turismo. Dizem os pescadores entrevistados:

As pessoas da comunidade, porque aterram o mangue. As pessoas de fora desmatam, e os órgãos ambientais dão licença a essas pessoas. Praia da Pedra foi toda interditada, o proprietário da terra fechou o acesso (Entrevistado 1).

O governo, porque não fiscaliza e porque licenciou o Porto de Suape (Entrevistado 2).

Os donos de bares e os donos das embarcações de turismo (Entrevistado 4).

Os proprietários das lanchas (Entrevistado 10).

A partir dessas observações por parte dos pescadores entrevistados, deduz-se que o Estado contribui para o enfraquecimento da confiança comunitária, pela ausência na fiscalização da atividade pesqueira, pelo não cumprimento da legislação ambiental e pela falta de ordenamento do uso do estuário de Rio Formoso, por diversas categorias de usuários. Esta ausência do Estado prejudica diretamente a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 na comunidade, na medida em que fica evidente a impunidade em relação aos crimes ambientais, gerando, desta maneira, um sentimento de desconfiança prejudicial ao desenvolvimento local.

⁵Redinha é um tipo de “amadilha produzida com fios de nylon [...], armada com auxílio de raízes de mangue (*Rhizophoramangle*), cuja vegetação também é utilizada na marcação das galerias. A redinha é utilizada na captura do caranguejo-uçá” (*Ucidescordatus*). (IBAMA, 2000, p.55)

⁶De acordo com Oakerson (1986), o uso de um *bem comum* é compartilhado. Os problemas de uso compartilhado geralmente tornam-se aparentes quando há alguma alteração significativa no padrão e/ou nível de utilização. Tal mudança muitas vezes é associada com a escassez do recurso. Se a comunidade de usuários é incapaz de trabalhar através de acordos existentes para responder adequadamente à mudança, a competição destrutiva ou conflito podem emergir.

Considerando a confiança nas dimensões interpessoal e comunitária, observaram-se circunstâncias que interferem no capital social dos pescadores da Colônia Z-7, como um processo dinâmico, que ora fortalece, ora enfraquece esse capital. Neste contexto, a cultura tradicional dos pescadores artesanais, pelos processos de aprendizagem, passados de geração a geração, constitui fator de fortalecimento da confiança interpessoal, mas, ao mesmo tempo, essa confiança se mostrou restrita aos familiares e amigos, não se estendendo à comunidade em geral.

Em outra dimensão, o Estado, pela sua ausência no ordenamento do uso dos recursos naturais e pela ausência na fiscalização ambiental, acaba por fragilizar a confiança comunitária dos pescadores da Colônia Z-7.

Ao considerar, portanto, a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 como elemento fundamental do capital social no processo de criação da Resex, é imprescindível pensar acerca da complexidade na qual a atividade pesqueira está inserida.

De um modo geral, a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 se mostrou incipiente para a participação desses pescadores como protagonistas no Conselho Deliberativo da Resex, na medida em que a maior expressão dessa confiança se deu na dimensão cultural das relações interpessoais, limitadas às pessoas mais próximas. Esta complexidade na análise da confiança dos pescadores da Colônia Z-7 nos leva a considerar como está sendo constituída a cooperação entre esses pescadores, uma vez que “Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a possibilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM 1996 apud PAULA, 2001, p. 142).

5. A COOPERAÇÃO COMO DESDOBRAMENTO DA CONFIANÇA DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7

Para abordar a cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, como categoria de análise do capital social, eles foram questionados se “Nos últimos anos, tentaram resolver algum problema da sua comunidade junto com outras pessoas?”, de modo que três pescadores responderam que não se mobilizaram para resolver problemas comuns; e nove responderam que tinham se mobilizado coletivamente para reivindicação de duas bacias de sedimentação à Compesa, por meio do Ministério Público. E um entrevistado citou a cooperação para conseguir acesso a uma política pública. Como seguem, alguns relatos:

Há dois anos tinha um problema com a Compesa, fizemos um mutirão de 700 pessoas, fechamos a pista, e a Compesa foi multada e foi obrigada a fazer outra bacia de sedimentação, foi a força do povo que fez isso (Entrevistado 3).

Juntamos com o pessoal da colônia para arranjar o Projeto Chapéu de Palha para os pescadores (Entrevistado 4).

A cooperação dos pescadores da Colônia Z-7 se mostrou em ações pontuais, como a reivindicação de melhora no sistema de esgoto para o Ministério Público e de acesso ao Programa Chapéu de Palha do Governo do Estado de Pernambuco. Nestes dois casos, os pescadores agiram em circunstâncias em que todos estavam em condição de igualdade, ou seja, não houve competição, mas sinergia de ações para o alcance da melhora no serviço de tratamento de esgoto da comunidade e acesso a um programa de Governo, denotando, desta forma, que

essas ações coletivas foram, em alguma medida, pressionadas por uma situação de exclusão social.

Esse tipo de cooperação se aproxima, em parte, ao que Sennett (2012) denominou de “trocas altruísticas.” Este termo, porém, se enquadraria perfeitamente, caso os pescadores entrevistados tivessem agido de forma genuína e não esperassem nada em troca. Entretanto, os pescadores da Colônia Z-7 esperavam o reconhecimento de suas reivindicações e o atendimento de suas necessidades.

Estes fatos pontuais de cooperação, portanto, evidenciados pelos pescadores entrevistados a partir de circunstâncias que unem todas as pessoas, as quais a insatisfação com o serviço público de saneamento básico e o desejo de acesso ao Programa Chapéu de Palha, em alguma medida, enfraquecem o capital social uma vez que se aproximam muito mais da cooperação forçada do que da cooperação genuína (SENNETT, 2012). Aspecto que poderá tornar mais complexa, a inserção dos pescadores da Colônia Z-7 como protagonistas no Conselho Deliberativo da Resex.

No âmbito da faina de pesca, os pescadores da Colônia Z-7 ao ser perguntados “Você pesca isolado(a) ou em grupo?,” a maioria respondeu que pesca em grupos, de duas a três pessoas, e são formados por familiares e amigos. Eis alguns relatos:

Tanto só, quanto em grupo, geralmente com duas pessoas (Entrevistado 3).

Com mais um companheiro, às vezes a minha esposa vai (Entrevistado 4).

Pesco com minha esposa, quando ela não vai, eu vou só (Entrevistado 6).

Vou com minha esposa (Entrevistado 7).

Pesco com o marido e a amiga (Entrevistado 10).

Os pescadores da Colônia Z-7 se mostraram cooperativos em suas relações no âmbito das atividades pesqueiras, na medida em que essas atividades se dão coletivamente entre pessoas mais próximas. Há que se destacar a participação das mulheres na faina pesca, evidenciando uma estrutura de pesca familiar mais homogênea com relação à questão de gênero, ou seja, a mulher exercendo papel principal na atividade pesqueira. Os pescadores mais experientes, ou os mestres, ensinam e trabalham, e, dessa forma, estabelecem uma relação vertical e horizontal com os pescadores aprendizes.

Ou seja, o mestre, no próprio ato de pescar, exerce sua profissão e a transmite ao aprendiz. A faina de pesca constitui, dessa maneira, um campo cooperativo, em que todas as pessoas que participam são beneficiadas. Isto é: o manuseio da arte de pesca é possibilitado, a captura é aumentada e o transporte facilitado, apesar de suas diferenças no papel da atividade pesqueira.

Esse tipo de *cooperação genuína* se assemelha ao que Sennett (2012, p.105) denominou de trocas diferenciadas, em que o equilíbrio entre a competição e a cooperação é mais provável e em que acontecem “[...] os momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa, [que] podem diminuir o ácido da cooperação invejosa e promover a cooperação”.

A *cooperação genuína*, própria da cultura tradicional da faina da pesca artesanal, constitui fator positivo na construção do capital social. O saber-fazer

cooperativo dos pescadores da Colônia Z-7, no âmbito da faina de pesca, é intimamente ligado ao ambiente natural e, dessa forma, contribui para a gestão dos recursos naturais baseada na sustentabilidade ambiental, pois

[...] pensar em práticas de gestão pesqueira é vê-las mais bem traduzidas, em larga medida, pelo saber-fazer marítimo contido e transmitido pelos mestres de pescaria, em sua arte, que guardam profundo conhecimento da ecologia local do mar, rios e estuários [...] (RAMALHO, 2012, p. 295).

A cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, lastreada pelo saber-fazer tradicional da faina de pesca, constitui fator positivo na formação do capital social para participação desses pescadores no Conselho Deliberativo da Resex, na perspectiva do desenvolvimento local, uma vez que “O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem” (PAULA, 2001, p. 144).

Com o intuito de aprofundar a compreensão acerca da cooperação no âmbito da faina de pesca, perguntou-se aos pescadores: “Em sua opinião, a pesca pode melhorar?,” no sentido de investigar se na perspectiva de melhora na pesca está inserido algum indicio de prática cooperativa. A maioria dos pescadores respondeu afirmativamente, indicando a existência de normas e regras e o cumprimento delas para uma melhora na atividade pesqueira, a exemplo da criação da Resex, fiscalização ambiental, ordenamento pesqueiro, etc. Assim se referem alguns dos pescadores entrevistados:

Sim, a questão é os empreendimentos deixarem. Se nós conseguíssemos que se respeitassem os territórios dos pescadores, e a legislação fosse cumprida [...] (Entrevistado 1).

Sim, criando a Resex vai melhorar, porque vai ter normas, e a maioria dos acentos são das comunidades e poderão reivindicar os seus direitos (Entrevistado 2).

Sim, se tiver uma fiscalização, melhora (Entrevistado 3).

Com o turismo, não tem como melhorar, tem que ter uma fiscalização [...] (Entrevistado 6).

O fato de os pescadores apontarem uma expectativa de melhoria da atividade pesqueira pela necessidade de se criarem novas regras para o uso do estuário de Rio Formoso, que vão desde a proteção dos territórios pesqueiros até a criação da Resex, passando pelo ordenamento do turismo, como também pela necessidade de fazer com que as regras existentes sejam cumpridas por todas as pessoas que utilizam o estuário de Rio Formoso, a exemplo da legislação ambiental, indica uma carência de capital social. A ausência de normas que equilibrem a cooperação e a competição, ou seja, a inexistência de *trocas diferenciadas* (SENNETT, 2012) para além da faina de pesca, indica uma fraca cooperação genuína, portanto, um fator negativo para o fortalecimento do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso.

Essa fraca cooperação, em uma dimensão mais ampla da faina de pesca de Rio Formoso, é mais plausível de ser explicada pelo papel institucional na dispersão do capital social, ou seja, na ausência do Estado na gestão dos territórios

tradicionais, constituindo, assim, fator negativo para a formação desse capital na perspectiva do desenvolvimento local.

A faina da pesca se mostrou como um campo de cooperação genuína que se perpetua ao longo do tempo pelo saber-fazer tradicional dos pescadores artesanais e, conseqüentemente, como um fator positivo para formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7. Essa cooperação está intimamente ligada ao ambiente natural, principalmente pela construção de regras tradicionais de manejo pesqueiro que, além de evidenciar um profundo conhecimento da dinâmica dos recursos pesqueiros, amplia-se para além das relações entre familiares e amigos.

Por outro lado, a análise da cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, a exemplo da análise da confiança, deve ser pautada pela complexidade das circunstâncias da atividade pesqueira. Ou seja, o aspecto da ausência do Estado constitui fator do enfraquecimento da cooperação dos pescadores da Colônia Z-7 pela má qualidade dos serviços públicos oferecidos à comunidade, pela ausência e pelo não cumprimento das normas institucionais.

Mesmo assim, a análise do papel do Estado não se mostra pragmática, nem muito menos linear, pelo contrário, se torna mais complexa na medida em que o próprio Estado também passa a ser percebido como solução para os problemas da região, considerando que a criação de grande parte das regras e normas sociais se formaliza pelo Estado, a exemplo do Programa Chapéu de Palha do Governo estadual e da criação de uma Resex, que é uma política pública ambiental do Governo federal. Neste sentido, “[...] não é possível haver capital social sem levar em conta o papel destacado que cabe ao Estado na sua proteção ou coerção para a sua formação, manutenção ou difusão”. (FREITAS, 2008, p. 96)

Diante do exposto, torna-se fundamental aprofundar a análise de como se deu a mobilização dos pescadores da Colônia Z-7 para solicitarem a criação da Resex de Rio Formoso. Em outras palavras, compreender como essa nova maneira de relação, entre sociedade, organização não governamental e Estado, interfere na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, indicando dessa maneira, a relevância da análise do capital social desses pescadores em sua dimensão exógena.

6. GRUPOS E REDES: A DIMENSÃO EXÓGENA DO CAPITAL SOCIAL DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7

Diferentemente das categorias confiança e cooperação do capital social, na dimensão das relações tradicionais da comunidade pesqueira analisada nos itens anteriores, a categoria *grupos e redes*, apresentada neste item, aborda o capital social em sua dimensão exógena, ou seja, o modo como os pescadores da Colônia Z-7 ao se relacionar com outros grupos sociais do campo ambiental ampliam esse capital, reinventando sua cultura.

Essa categoria de análise dialoga com o modelo de análise dos problemas de propriedade comum de Oakerson (1986, p.26), em que os padrões de interação dos indivíduos podem interferir nas modalidades de gestão de um recurso comum. Neste caso, os pescadores da Colônia Z-7 estariam reivindicando um tipo específico de gestão do uso dos recursos naturais para o Estado.

Na observação de campo, constatou-se que diversos assuntos foram abordados na Assembleia Ordinária da Colônia Z-7, dentre os quais: a viagem que as pescadoras farão pelo Projeto Chapéu de Palha, do Governo do Estado de Pernambuco; a luta dos pescadores para garantir seus territórios, que estão sendo apropriados por empreendimentos particulares, que inclusive impedem o acesso à praia; a mortandade de sururu que ocorreu no estuário, e que ninguém quantificou e

não se sabe a causa; a questão dos viveiros e da poluição dos rios; e a importância que tem a participação dos pescadores no processo de criação da Resex no estuário de Rio Formoso.

A Colônia Z-7, dessa forma, se mostrou como um espaço onde os pescadores têm possibilidade de se expressar e de acessar informações acerca das políticas públicas voltadas à atividade pesqueira artesanal, como também se revelou como um espaço de comunicação com outros atores sociais. A presidente da Colônia Z-7 relatou a importância da integração da instituição que preside na Rede Mangue Mar/PE para o início do processo de criação da Resex de Rio Formoso, conforme entrevista concedida:

A Rede Mangue Mar/PE ajuda as colônias para se organizarem e participarem efetivamente das lutas. Possibilita estarmos em articulação com outras instituições. Também nos apoia no processo de criação de uma Resex federal, e nos ajuda a combater uma manobra do Estado de criar uma APA estadual, justamente para impedir a criação da Resex (Entrevistado 1).

Essa ligação, pela qual os líderes dos pescadores da Colônia Z-7 se integram à Rede Mangue Mar/PE, estabelece um tipo de comunicação, que liga esses pescadores a diversos atores sociais, como pesquisadores, gestores estatais e organizações não governamentais, e proporciona outras formas de organização e mobilização. Deste modo, evidencia-se outro aspecto do capital social que se materializa pela apropriação propriamente dita da política pública ambiental de criação da Resex pelos pescadores de Rio Formoso, a partir da articulação da Diretoria da Colônia Z-7 com esses diferentes atores sociais.

A articulação da Colônia Z-7 com a Rede Mangue Mar/PE constitui uma forma de diálogo para resolução de conflitos sociais, em que os pescadores buscam desempenhar um novo papel, por meio de outras formas de mobilização e participação. Assim descreve um articulador da Rede Mangue Mar/PE:

A Rede Mangue Mar/PE auxilia a comunidade na organização dos eventos para discussões da criação da Resex. Disponibiliza para a comunidade um espaço na internet onde podemos nos comunicar. Também nos comunicamos por telefone, e cartas-convite. As maiores dificuldades de agirmos em rede é a falta de tempo e a falta de disponibilidade das pessoas em participar. A falta de recursos financeiros não possibilita que possamos agendar reuniões ordinárias (Entrevistado 12).

Os pescadores artesanais de Rio Formoso, ao assumir uma postura de defesa da atividade pesqueira e dos seus territórios, se integraram à Rede Mangue Mar/PE que forma de uma rede virtual de comunicação para atuar e mobilizar atores sociais em defesa dos direitos dos pescadores artesanais do litoral de Pernambuco.

Nesse sentido, deduz-se que a participação desses pescadores na Rede Mangue Mar/PE se constitui positiva na construção do capital social em sua dimensão exógena, uma vez que contribui para o protagonismo dos pescadores da Colônia Z-7 no Conselho Deliberativo da Resex, considerando que o surgimento da Rede Mangue Mar/PE está intimamente ligado com a demanda da criação da Resex de Rio Formoso pelos pescadores da Colônia Z-7.

A Rede Mangue Mar/PE subsidiou a Colônia Z-7 na solicitação formal de criação de uma Resex no município de Rio Formoso, e ao mesmo tempo essa rede

foi criada, em parte, para a apropriação dessa política pública ambiental por esses pescadores.

A demanda pela criação da Resex em Rio Formoso, por meio de um abaixo-assinado feito pelos pescadores, de certa forma materializou essa apropriação da política pública ambiental a partir das relações construídas no âmbito da rede se considerarmos que “[...]el volumen de capital social poseído por un individuo dependerá tanto de la extensión de la red de conexiones que este pueda efectivamente movilizar, como del volumen de capital [...] poseído por aquellos con quienes está relacionado” (BOURDIEU, 1998, p. 150).

Essa nova disposição de organização social, em rede, pelos pescadores da Colônia Z-7, constitui um elemento significativo, pois se cria uma nova forma de luta, como se refere Franco (2001, p.157), se são construídas “[...] comunicações em vários níveis, articulando, em rede, pessoas e grupos humanos e praticando formas diretas e participativas de democracia – isso, certamente, gerará Capital Social.

Dessa forma, observa-se que a Rede Mangue Mar/PE vem fortalecendo o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex. Isto se prende ao fato de que os pescadores, por meio das lideranças da Colônia Z-7, se instrumentalizam para alcançar novos papéis na estrutura social de que participam, ou seja, os pescadores da Colônia Z-7 podem aumentar seu capital social pelo ganho de “capital político”(BOURDIEU, 1996, p. 31).

Esse resultado, em alguma medida, constata o modelo de análise sugerido por Oakerson (1986), que prevê que as interações sociais interferem nos modelos de gestão de um bem comum.

Nesse sentido, deduzimos que a dimensão exógena do capital social, a partir dos *grupos e redes*, está correlacionada com o capital social em sua perspectiva neoinstitucional, considerando que todo o processo de formação da Rede Mangue Mar/PE girou em torno da política pública ambiental de criação das Resex de Pernambuco, inclusive a Resex de Rio Formoso, que por sua vez contribuiu para a formação do Capital Social.

Diante da discussão no âmbito da categoria de análise *grupos e redes*, salientamos a importância da dimensão exógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, que evidencia o Estado, através da política pública de criação da Resex como condicionador, pelo menos em parte, do surgimento da Rede Mangue Mar/PE, e esta, por sua vez, um fator positivo na formação do capital social da Colônia Z-7.

7. CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, Pernambuco. A incipiente confiança na comunidade em geral é um fator que interfere negativamente na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7. Além disso, o Estado, pela sua ausência no ordenamento e na fiscalização dos usos dos recursos naturais no estuário de Rio Formoso, acaba por potencializar a deterioração da confiança desses pescadores na comunidade em geral, contribuindo também para a degradação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso.

A cooperação forçada também interfere negativamente na formação do capital social e, conseqüentemente, na inserção desses pescadores no processo de criação da Resex, mais especificamente, para atuarem como protagonistas no Conselho Deliberativo. No capital social dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, a

confiança e a cooperação, na dimensão comunitária, colocam em evidência o aspecto fraco desse capital.

Por outro lado, a transmissão do modo de fazer dos pescadores artesanais da Colônia Z-7 para os pescadores aprendizes, caracterizada pela intimidade com o ambiente natural, constitui um estoque de capital social que poderá contribuir para a gestão ambiental do Conselho Deliberativo da Resex de Rio Formoso. A confiança interpessoal no âmbito da aprendizagem na faina pesqueira é um elemento positivo para a formação desse capital.

Soma-se a isso, que os pescadores da Colônia Z-7 se mostraram cooperativos em suas relações no âmbito das atividades pesqueiras, na medida em que essas atividades se dão coletivamente entre pessoas mais próximas, pois os pescadores mais experientes ensinam e trabalham simultaneamente.

A confiança e a cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, na dimensão da faina de pesca, lastreada pelo saber-fazer tradicional intimamente ligado ao ambiente natural, constituem fator positivo desse capital social para participação desses pescadores no Conselho Deliberativo da Resex.

A participação desses pescadores na Rede Mangue Mar/PE constitui uma nova forma de sociabilidade construída, que vai além das relações dos pescadores na faina de pesca, contribuindo para a construção do capital social em sua dimensão exógena uma vez que subsidia em alguma medida o protagonismo dos pescadores da Colônia Z-7 no Conselho Deliberativo da Resex.

Para a compreensão do papel do Estado na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, deve-se observá-lo em suas diversas faces, ora deixando lacunas em sua função de ordenar e fiscalizar o uso dos recursos naturais no estuário de Rio Formoso, ora dispondo de políticas públicas que condicionam a participação das populações tradicionais na gestão de seus territórios.

Diante do exposto, emerge a seguinte questão: será que podemos inferir que a política pública ambiental de criação de reservas extrativistas contribui para o desenvolvimento local?

8. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **Las formas del capital**. Editora Piedra Azul. Lima-Peru. 1998. cap. 4,p.131-163. Disponível em: http://www.academia.edu/1360865/LAS_FORMAS_DE_CAPITAL_. Acesso em 29 de abril de 2011.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

FRANCO, A. **Capital social**. Brasília: Millennium, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Assistência Médica Sanitária** 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). **Boletim Técnico-Científico do Cepene**. Tamandaré, 2000. v. 8, n.1, p.55-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). **Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarinado Nordeste do Brasil – 2001**. Tamandaré, 2002, p. 197.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in022007.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 3, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos, para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias: Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in032007.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

JARA, C. J. **Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade**. Brasília: IICA, 1999.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri (tradutores). – Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis** / Enrique Leff; Silvana Cobucci Leite (tradutora). São Paulo: Cortez, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras

providências. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

OAKERSON, R. J. A Model for the Analysis of Common Property Problems. In: **Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management**. Washington, D.C., 1986. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

PAULA, J. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. **Desenvolvimento local**. Dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORMOSO. **A história da cidade**. Disponível em: <http://rioformoso.webnode.com.br/sobre-nos/>. Acesso em 16 de julho de 2011.

PUTNAM, R. D. Lacomunidad próspera. El capital social y la vida pública. In: HERREROS, F.; FRANCISCO, A. (Orgs.). **Capital Social**. Zona Abierta 94/95 (2001) p. 89-104.

QUINAMO, T. **Considerações sobre a destruição de mangue em Suape**. Informativo Mangue Mar/PE, 18 mai. 2010. Disponível em: <http://manguemarpernambuco.blogspot.com.br/search?q=Assim,+a+quest%C3%A3o+ambiental+de+Suape+n%C3%A3o+pode+ser+vista+de+forma+isolada>. Acesso em 29 de abril de 2011.

RAMALHO, C. W. N. A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo. In: MOURA, A. S. (Org.). **Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012, p.263-299.

RAMALHO, C. W. N. **As reservas extrativistas assegurarão os territórios dos pescadores?** O caso do litoral Pernambucano. 2009. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro5/.../GT5-746-793-20100527162038. Acesso em 08 de janeiro de 2012.

SANTOS, V. B. Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. ISSN 1982-4602. p. 654-679.

SENNETT, R. **Juntos**. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação; Clovis Marques (tradução). Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, C. M. Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. In: SILVEIRA, C. M; REIS, L. C. **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001, p. 31-42.

TRUSEN, C. Desenvolvimento local integrado: uma introdução conceitual e metodológica. In: TRUSEN, C.; PINHEIRO, M. R. B. **Planejando o desenvolvimento local**: conceitos, metodologias, experiências. Belém: Prorenda Rural, 2002, p. 13-28.